

Costas Kadis
Pescas e Oceanos

Bruxelas

Exmo. Senhor,
Caros membros do CC SUL,

Agradeço a carta de 5 de junho sobre a proposta da Comissão relativa ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, na qual manifesta as suas preocupações quanto ao futuro financiamento da UE no domínio das pescas.

A Comissão reconhece plenamente que a pesca é um setor estratégico para a segurança e a soberania alimentar da União, e que continua a ser um pilar económico, social e cultural essencial para muitas comunidades costeiras. A Comissão partilha igualmente o seu ponto de vista de que a transição energética do setor, a inovação, a melhoria da segurança e das condições de trabalho, o aperfeiçoamento dos dados e da ciência e o reforço da resiliência às pressões climáticas e geopolíticas exigem investimentos sustentados no futuro.

O QFP proposto para o período de 2028 a 2034 representa uma reformulação fundamental do orçamento da UE, com vista a torná-lo mais integrado, mais flexível e mais eficaz. A proposta legislativa que regula os planos de parceria nacionais e regionais (PPNR) dos Estados-Membros visa racionalizar a programação e a execução através de um quadro mais coerente e de um conjunto único de regras de execução, garantindo simultaneamente que as prioridades e as políticas comuns da UE sejam efetivamente aplicadas.

*Sergio Lopez,
Presidente
Conselho Consultivo das Águas Ocidentais Austrais (CC SUL)
6, Rue Alphonse Rio
56100 Lorient,
França*

E-mail: cpocheau@cc-sud.eu

Os Estados-Membros terão a possibilidade de assegurar uma programação integrada e sinergias com outras políticas ao elaborarem medidas para a pesca, a aquicultura, as comunidades costeiras e a economia azul em sentido lato, adaptando-as melhor às necessidades nacionais e regionais, mantendo-se, ao mesmo tempo, alinhadas com os objetivos da UE, incluindo a Política Comum das Pescas (PCP) e o Pacto Europeu para o Oceano.

A proposta da Comissão prevê um montante garantido de dois mil milhões de euros para determinadas atividades da PCP. Trata-se de garantir que os Estados-Membros destinem um nível mínimo de financiamento às atividades relacionadas com a sustentabilidade, a conservação dos recursos biológicos do mar, a inovação e a OCM.

Trata-se apenas de um montante mínimo e os Estados-Membros deverão complementá-lo no âmbito da dotação global do seu plano PNR, a fim de dar resposta a necessidades adicionais, tais como medidas a favor dos seus setores das pescas e da aquicultura, das suas comunidades costeiras, da sua economia azul e do oceano no seu conjunto. Dependendo das opções de programação dos Estados-Membros, tal poderá permitir financiar investimentos relevantes para além do limiar mínimo estabelecido e, por conseguinte, exceder potencialmente os montantes previstos no âmbito do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos, a Pesca e a Aquicultura para o período de 2021-2027.

Um dos principais objetivos da nova arquitetura é também a simplificação: a transição para um plano nacional por Estado-Membro, no âmbito de um conjunto único de regras de execução, reduziria a carga administrativa e facilitaria o acesso ao financiamento por parte das empresas e dos intervenientes locais, inclusive nos territórios costeiros.

Tomo boa nota da importância que atribuem às necessidades de investimento relacionadas com a transição energética, a proteção dos ecossistemas, a inovação, as condições de trabalho e de segurança, os dados e projetos científicos, a governação, a resiliência das empresas e a renovação geracional. Estas prioridades estão bem alinhadas com os objetivos da Comissão no sentido de um setor das pescas e da aquicultura sustentável, competitivo e resiliente.

O pacote legislativo proposto pela Comissão está atualmente a ser analisado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, que poderão também decidir aumentar o montante reservado em dois mil milhões de euros. A Comissão continuará a manter o diálogo com as partes interessadas ao longo de todo o processo. Congratulo-me, portanto, com a vossa vontade de manter um

diálogo construtivo, e encorajo o CC SUL a continuar a apresentar contributos concretos sobre as prioridades de investimento mais importantes para as vossas frotas e para as comunidades costeiras, de modo a apoiar uma programação eficaz dos futuros PNRP.

Com os meus melhores cumprimentos,



Costas Kadis